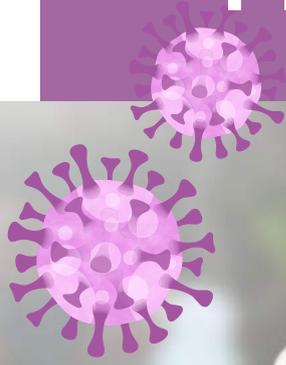




QUARENTENA FEMINISTA Com Vida





Implicação do Estado de Emergência para o dia-a-dia da mulher

No dia 11 de Março do ano em curso, a Organização Mundial de Saúde rendeu-se aos factos e decidiu declarar a epidemia do novo Coronavírus, baptizado como COVID-19, uma pandemia mundial. Esta é a primeira vez que um surto de Coronavírus é declarado pandemia, segundo o Director-Geral da OMS. A declaração do surto como pandemia traz consigo várias implicações no movimento de pessoas, bens, mercadorias, trocas comerciais e um impacto profundo na economia mundial. Face a esta situação, muitos países declararam Estado de Emergência. Moçambique não fugiu à regra, a 1 de Abril também declarou Estado de Emergência através do Decreto Presidencial nº 11/2020, o mesmo foi prorrogado por duas vezes, primeiro para 30 de Maio e depois para 30 de Junho de 2020. O Decreto Presidencial impõe várias limitações ao cidadão, incluindo a proibição da realização de eventos públicos e privados; a rotatividade laboral; e o encerramento de estabelecimentos comerciais, de diversão e equiparados, ou pelo menos a redução de actividades. Esta confinção está a trazer grandes mudanças na vida das mulheres, uma camada social que constitui a maioria da população moçambicana no sector informal. Segundo o relatório "Mulheres no centro da luta contra a crise da COVID-19", divulgado no final de Março pela ONU Mulheres, apesar de os homens representarem entre 60% e 80% dos mortos pela COVID-19, as mulheres são afectadas de maneira mais severa pelo novo Coronavírus. Elas estão mais expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, tais como, desemprego, violência, falta de acesso aos serviços de saúde e aumento da pobreza. Com as fronteiras fechadas, um grande número de mulheres moçambicanas que encontravam sustento no comércio transfronteiriço, também denominado mukhero,

trazendo produtos especialmente da África do sul, para o mercado nacional, neste momento atravessam imensas dificuldades. Hermínia Mabote, Marta João e Helena Machava são alguns exemplos de mulheres mukeristas, com bancas no mercado grossista de zimpeto que viram os seus negócios a caírem drasticamente. Temos um outro grupo considerável de mulheres que encontravam sustento na venda de cabelos, roupa e outros produtos ou equipamentos trazidos da China, Índia e de países da Europa e de América, igualmente que viram suas economias afectadas severamente pelos impactos desta pandemia. Saquina Faquira, empresária na área de turismo e proprietária de uma agência de viagens, na cidade de Maputo, trabalha há anos com este grupo de mulheres. A empresária conta que para estas mulheres, a crise iniciou muito antes de chegar a Moçambique. "Já no início de Março, quando a China fechou as fronteiras e logo a seguir a Índia também, estas mulheres, desesperadas choravam na porta da minha agência. Queriam uma solução, a vida delas estava a desmoronar-se, mas não havia nada que eu pudesse fazer porque o mundo todo estava a caminhar progressivamente para o confinamento". O mesmo dilema é vivido por um outro grupo considerável de mulheres, as trabalhadoras domésticas, aquelas que são responsáveis pelo sucesso profissional de cada um de nós. Muitas trabalhadoras foram forçadas a ficar em casa temporariamente e outras despedidas. "Em Março os meus patrões decidiram que eu devia trabalhar duas vezes por semana e dos cinco mil que auferia cortaram mil meticais. Não estou segura, temo perder o emprego", disse Carlota, empregada doméstica. Um estudo publicado em 2018, estima que a pobreza em Moçambique tenha crescido para cerca de 55 a 60% da população em 2016, depois de ter-se situado em 46,1% em 2014/15. Em termos numéricos, pelo

menos 18 milhões de habitantes são pobres e anualmente, o estado moçambicano gasta menos de 1% do PIB em transferências monetárias para agregados familiares pobres e vulneráveis em forma de assistência social. O mesmo estudo indicou que cerca de 88% da população economicamente acti-

va trabalhava no sector informal, incluindo a agricultura de subsistência e como trabalhadores informais, estes não têm direito às protecções definidas pela Lei de Trabalho, e a grande maioria não desconta para o INSS por falta de capacidade contributiva.

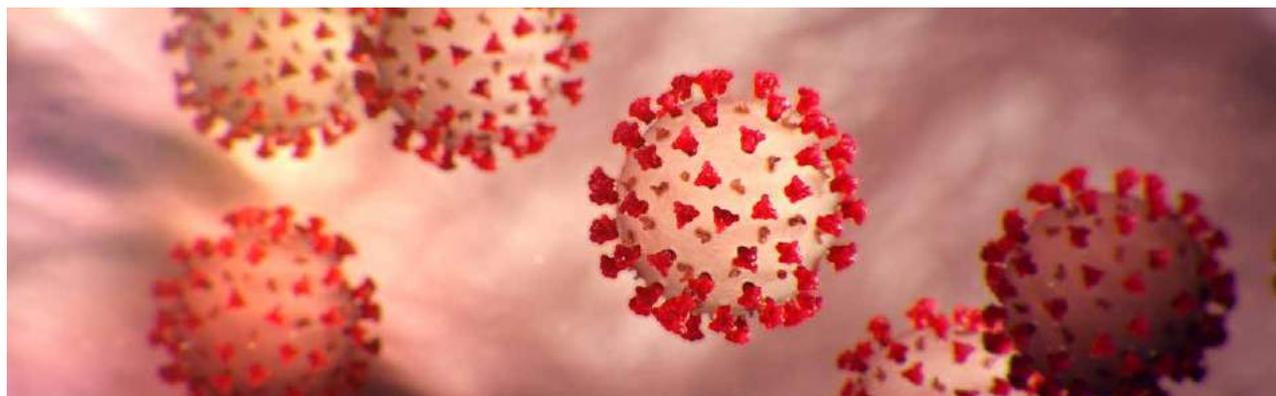
Que soluções estas mulheres e outros extratos desfavorecidos da sociedade esperam do Governo para fazer face aos impactos da COVID-19?

Celeste Banze, economista, é de opinião que o Governo deve ser mais abrangente nas medidas que for a tomar para mitigar os efeitos da COVID-19 e não se limitar apenas em apoiar a recuperação do tecido empresarial. “É preciso olhar o sector informal, aquele que congrega milhares de mulheres chefes de famílias e porque não apoiar também a população em geral?”. Segundo a economista, muitos países estão a fazer alguns cortes nas taxas de energia e água, e Moçambique também devia seguir o mesmo, pois isso minimiza as dificuldades que o povo já está a passar. Por outro lado, as mueristas defendem que, perante esta situação, o Governo devia subsidiar os serviços básicos como água, energia, saúde e produtos de primeira necessidade, uma vez que todos os meios de sobrevivência estão comprometidos. Pedem também ao Governo para criar linhas de financiamento com juros bonificados e di-

reccionadas às mulheres no mercado informal, para que ela consiga retomar as suas actividades logo que as condições estiverem criadas. Para o Centro de Integridade Pública (CIP), as associações de trabalhadores informais devem ser incluídas no processo de decisão de medidas que afectam este sector. Para os trabalhadores do sector informal a garantia da segurança de rendimento requer: i) maior flexibilidade no processo laboral, de modo a poderem trabalhar a partir de casa, onde isso for possível; a prevenção da discriminação e exclusão relacionada com a COVID-19; iii) a extensão do subsídio por doença (do INSS) àqueles que estão doentes, em quarentena ou cuidando de doentes; iv) férias colectivas remuneradas em casos onde as empresas tenham que suspender as suas actividades temporariamente; e v) a aplicação de procedimentos rigorosos, incluindo no cálculo de indemnizações, em casos onde as empresas tenham que fechar as suas portas permanentemente.

<https://unum.com.br/como-a-quarentena-afeta-as-mulher>

<http://opais.sapo.mz/indice-de-pobreza-disparou-em-mocambique>



HISTÓRIA FAMILIAR INSPIRA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HIXIKANWE



Judite de Jesus, Presidente da Associação Hixikanwe, entrega cesta básica à membros da agremiação

Hixikanwe, palavra que em português significa estamos juntos, é uma Associação que se dedica a apoiar pessoas vivendo com o HIV e SIDA, crianças órfãs e chefes de famílias e idosos desamparados. Hixikanwe tem como slogan “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres, quem somos nós? Somos mulheres vivendo com o HIV. Eu sou seropositiva, eu também sou seropositiva, você assume? É claro que eu assumo e faço bem o meu tratamento. Mexeu com uma, mexeu com todas”. Partindo de uma experiência pessoal, com a doença e morte de sua filha, genro e neto vítimas de HIV e SIDA, Judite de Jesus Muto-te, fundou, faz mais de 13 anos, a Associação Hixikanwe, que hoje dá esperança a vidas desesperadas, na província e cidade de Maputo e parte da província de Gaza e Inhambane. Judite de Jesus perdeu também vítimas de HIV e SIDA, duas irmãs, sendo que uma contraiu a infecção depois de ter sido violada sexualmente por oito homens. “Num espaço de um mês, perdi 11 familiares por causa do HIV e SIDA”, lembra a nossa entrevistada carinhosamente tratada por mamã Judite pelos membros da Associação, incluindo homens e idosos. Em conversa com a nossa reportagem, Judite de Jesus disse que primeiramente a Asso-

ciação foi criada para defender os direitos da mulher seropositiva, mas no terreno as activistas encontravam também muitos homens acamados, discriminados e estigmatizados pelos seus familiares por serem seropositivos. “Esta realidade obrigou-nos a mudar e passamos a acolher homens também”, disse. Antes de criar a organização, Judite assistia as pessoas em sua casa, tendo chegado a ter um grupo de mais de 500 pessoas vivendo com HIV e SIDA, que procuravam, informação sobre o tratamento e alimentação, tendo em conta que a maior parte dos membros desta Associação são pessoas desfavorecidas. Hoje, a Associação apresenta-se com uma melhor estrutura, num espaço próprio sendo o maior desafio a contínua retenção dos doentes no tratamento, combater a estigmatização e garantir a cesta básica alimentar e para isso acontecer, Hixikanwe, com mais de três mil beneficiários, precisa de mais apoios. Judite de Jesus revelou que devido à discriminação, estigma e outros factores sócio-culturais, a Associação continua a receber pessoas acamadas em estado crítico e também a registar casos de mortes na sequência de desistência ao tratamento.

Com o espírito de ajuda muito alto, Judite vendeu os seus bens incluindo a casa e o carro para concretizar o sonho de ajudar as pessoas necessitadas, com o foco para mulheres vivendo com o HIV-SIDA. A Associação apoia também meninas vítima de uniões prematuras na recuperação e reintegração em suas famílias. Ao longo dos 13 anos da existência da Associação, Judite de Jesus viveu e registou momentos emocionantes, alguns transformaram-se em histórias de sucesso e outros em fracasso. “Fracasso quando não conseguimos recuperar uma irmã. Temos uma árvore no quintal da Associação, na qual desenhamos o símbolo do HIV e SIDA, e ornamentamos este símbolo com frascos de medicamentos de pessoas falecidas, algumas por desistência à medicação”, disse. Segundo Judite, de Jesus, quando um membro perde a vida, a família comunica o infortúnio sem pronunciar uma palavra. “Apenas coloca o frasco no símbolo e todos ficamos a saber que perdemos um membro”, afirma salientando que estes têm sido momentos de fracasso. Uma história que marcou Judite de Jesus, foi a de uma menina que chegou na Associação com 12 anos de idade, violada pelo próprio pai. “Depois de muita insistência ela acabou abrindo-se e contou que era violada constantemente pelo seu pai desde os 9 anos de idade. Das investigações feitas soubemos que o pai violava também o outro filho menor de 10 anos”.

Judite afirma que depois de muita batalha judicial conseguiu resgatar as crianças e colocar o homem na cadeia. “Esta para mim é uma história de sucesso. É também história de sucesso quando conseguimos recuperar um doente”. Integrada no Fórum Mulher, Judite de Jesus disse que foi nesta organização feminina onde aprendeu a defender os direitos da mulher. “Eu trabalhava, mas faltava o foco e o Fórum Mulher deu-nos essa luz e agradecemos”, disse Judite que estende os agradecimentos à sua família, especialmente ao seu esposo e filhos que abraçaram o projecto, as activistas que dedicam o seu tempo ao próximo e a todos aqueles que apoiam a Associação. Entretanto, os níveis de prevalência do HIV e SIDA continuam preocupantes em Moçambique, colocando o país na lista das nações com maior taxa na região da África Austral, com 2.345,0000 pessoas infectadas pelo vírus, dos quais 1.2 milhões em tratamento. Este dado foi divulgado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS), no âmbito das comemorações de 1 de Dezembro de 2019, dia internacional de luta contra o HIV e SIDA. O estigma e a discriminação são as principais barreiras que o sector da saúde enfrenta para dar uma resposta eficaz ao HIV/SIDA. A falta de conhecimento, o tabu, a resistência na mudança de comportamento, devido a aspectos culturais, são outros factores que influenciam no alastramento do HIV/SIDA no país.



Judite de Jesus exibindo frascos de medicamentos de membros que perderam a vida na sequência de desistência ao tratamento.

“ESTADO DE EMERGÊNCIA E O HIV E SIDA”



O Governo decretou o Estado de Emergência a 01 de Abril de 2020, acompanhado por várias medidas por forma a minimizar propagação rápida da COVID-19, uma pandemia que assola o mundo desde finais de Dezembro de 2019. Dentre as medidas decretadas, destacam-se o distanciamento social e limites de aglomerados em locais públicos. Judite de Jesus afirma que reconhece a importância destas medidas para a prevenção da doença, mas a grande preocupação é que elas estão a deixar a camada social desfavorecida muito mais empobrecida. “Por exemplo temos neste momento muitas famílias chefiadas por crianças e idosas, cujos pais e filhos respectivamente, morreram vítimas de HIV e SIDA e que não conseguem ter uma refeição por dia, porque dependiam de pequenas vendas no mercado; de trabalho doméstico ou mesmo de esmola. Judite de Jesus, diz que reconhece as lim-

itações orçamentais do Governo, mas mesmo assim, considera que o Executivo devia pensar numa cesta básica pelo menos para este grupo social, que neste momento não tem nenhuma fonte de sustento. Segundo a presidente da Hixikanwe, devido à falta de alimentação algumas pessoas vivendo com HIV e SIDA já estão a desistir da medicação. “Tenho relatos que dão conta dessa situação chocante, daí que reiteramos o nosso apelo não só ao Governo, mas a todas as pessoas de boa vontade para prestar apoio a estas famílias”. De acordo com a Judite de Jesus, a cesta básica permitirá que este grupo fique em casa tendo em conta o risco que corre nas ruas. Constituem grupo de risco para contágio do novo Coronavírus, idosos, hipertensos, diabéticos, pessoas afetadas por tuberculose e pessoas que vivem com o HIV/SIDA, sobretudo aqueles que têm sistemas imunitários enfraquecidos.

A Associação Hixikanwe têm 150 activistas, incluindo médicas e enfermeiras. Para minimizar os efeitos da COVID-19, a associação tem desenvolvido algumas iniciativas, com destaque para o fornecimento de uma cesta básica e a preparação de uma panela de sopa que é servida duas vezes ao dia, àquelas pessoas sem mínimas condições para passar uma refeição em suas casas. As mais de 150 pessoas que tomam sopa na Associação são divididas em dois grupos, sendo que o primeiro toma a refeição as 12 horas e o segundo a partir das 16 horas. Segundo Judite de Jesus, o que a associação procura fazer é garantir que estas pessoas tomem pelo menos uma refeição por dia para que possam conseguir tomar os medicamentos, tendo em conta que uma boa parte são seropositivas. A presidente da Hixikanwe pede apoio a todas as pessoas de boa vontade “Pedimos apoio, sobretudo alimentos para conseguir garantir a preparação da sopa e a cesta básica para este grupo social.



“CRIANÇAS ÓRFÃS E DESFAVORECIDAS VIVEM O DRAMA DA INCERTEZA DO AMANHÃ”

Moçambique possui mais de 212 mil crianças chefes de família que vivem, permanentemente, o drama da incerteza do amanhã. Muitas destas crianças com idades compreendidas entre 12 e 19 anos, foram obrigadas a deixar a educação de lado, para garantir o sustento dos seus agregados. Estes menores, enfrentam inúmeras dificuldades caracterizadas pela ausência das mais elementares condições para a sua sobrevivência, como tecto e alimentos.

No dia 19 de Maio, a Hixikanwe ofereceu uma cesta básica constituída por dois quilos de farinha de milho, um quilo de açúcar, dois quilos de arroz e uma barra de sabão bingo, a algumas beneficiários. Estes produtos foram disponibilizados pela empresária Mode Maleane que tem assistido a Associação sempre que puder.

Com rostos franzinos, Líria e Marlene são duas meninas que se cruzam na Associação Hixikanwe. As duas tem 13 anos de idade e histórias de vida similares, pois, ambas são primogénitas dos seus pais, órfãs de pais, com mães doentes e cada uma com dois irmãos mais novos por cuidar. As duas meninas frequentam a Associação Hixikanwe onde recebem uma cesta básica alimentar, isso, quando a Associação recebe apoio dos seus parceiros. Líria Bombe, vive no bairro Magoanine, na periferia da Cidade de Maputo. O seu dia inicia as seis horas da manhã, quando se levanta e coloca na cabeça, uma bacia com “mulima”, um produto caseiro feito de tapioca torrada e açúcar. O destino é o mercado grossista de zimpeto onde vende esse produto.

“NINGUÉM COMPRA O PRODUTO POR CAUSA DA COVID-19”



Líria Bombe, com a bacia de molima

Líria conta que antes do surgimento do novo Coronavírus conseguia vender por dia uma quantidade de molima correspondente a 150 ou 200 meticais. Deste valor tirava 100 meticais para a aquisição de material para a preparação do novo produto e para o transporte para ela e o irmão irem a escola. A adolescente explica que o valor remanescente garante a alimentação do dia. “Tínhamos pelo menos uma refeição por dia porque conseguia comprar arroz, óleo, massas ou couve, tomate e cebola, carvão, às vezes, açúcar e pão. Mas hoje, por causa da COVID-19, não consigo levar 50 meticais para casa, porque as pessoas não compram”, disse Líria. Por conta disso, Líria diz que tem sido normal passar todo o dia sem uma refeição. Com a mãe doente, padecendo de cancro

do colo do útero e HIV e SIDA, Líria é responsável pela família, com a obrigação de garantir alimentos para todos os membros. Estudante da 7ª classe do Ensino Primário do II Grau, Líria tem aulas das 13 às 17 horas. “As 12, o meu irmão que estuda de manhã, fica a assegurar o negócio, mas depois das aulas volto ao mercado para dar continuidade as vendas até as 19 horas, mas com o Estado de Emergência, terminamos as vendas as 17 horas”, disse a menina ao explicar que chegado à casa prepara o jantar para a família. Quando procuramos saber da Líria sobre os seus sonhos a resposta foi: “Sonho em ter comida todos os dias para mim e para os meus irmãos e 10 mil meticais para a minha mãe concluir o pagamento do espaço onde vivemos”.

“MAMÃ PERDEU EMPREGO POR CAUSA DO NOVO CORONAVÍRUS”

Marlene Jacude, tem 13 anos de idade, vive no bairro Malanga e tornou-se chefe de família desde a morte do pai em Maio de 2019. A adolescente cuida da mãe doente e de dois irmãos menores. Para garantir o alimento, Marlene e a mãe recolhem restos nos mercados de Xipamanine e Malanga. O amor e o esforço que o pai fazia para garantir o bem-estar da família continuam presentes no dia-a-dia da Marlene. “Papá fazia tudo por nós, comíamos bem e estudávamos na escola privada com direito a carinha escolar, mas logo que perdeu a vida tudo mudou”, conta a adolescente visivelmente abalada pela sua nova condição de vida. Marlene ainda lembra dos últimos momentos que partilhou com o pai. “No dia em que o meu pai morreu, acordou-nos a noite quando ia ao hospital, estava muito mal, tinha tuberculose e dirigiu-se a mim como filha mais velha e disse: minha filha se algo errado acontecer comigo fiquem com Deus, estudem e saibam que eu vos amo e sempre estarei convosco”, lembra a menina, emocionada. Marlene explica que primeiro impacto que viveu por conta da morte do pai, foi a expulsão da casa onde viviam, porque era alugada, uma vez que o pai não tinha casa própria e a mãe não trabalhava. A sua retirada da escola

privada para a pública e a falta de pão na mesa, são outras situações que perturbam a menina. Marlene conta que foram pedir auxílio em casa da avó materna, mas esta não acolheu a família por muito tempo. “Tivemos que sair porque a avó insultava-nos todos os dias, chegando ao ponto de esconder comida no quarto”. Segundo a menina, a mãe conseguiu emprego como empregada doméstica para ganhar quatro mil meticais que só durou quatro meses. “Quando mamã começou a trabalhar fomos alugar uma casa no bairro da Malanga, mas não durou muito tempo porque em Abril, foi despedida quando foi decretado o Estado de Emergência”, disse mostrando incertezas sobre o seu futuro, chegando mesmo a temer viver na rua, pois a família não tem dinheiro para pagar a renda estipulada em dois mil meticais mensais. O sonho da Marlene é que a mãe consiga o emprego para garantir o pagamento da renda e o mínimo de alimento para os irmãos. Líria e a Marlene são parte de milhares de crianças moçambicanas com a infância e os desejos ofuscados pelos embaraços, sonhos desfeitos pela amargura da vida e cujos direitos básicos, tais como a educação, saúde, alimentação e vestuário constituem, para si, letra-morta.



Marlene Jacude

“DISCRIMINADA PELA PRÓPRIA FILHA”

Leonor Cuamba é activista da Associação Hixikanwe desde 2017, ano que chegou a Associação. Descobriu que era portadora do vírus de HIV em 2012, quando na companhia de suas amigas decidiu realizar o teste de HIV. Conta que a informação recebida do agente de saúde não lhe criou nenhum transtorno, porque já tinha alguma informação sobre o vírus. “Já sabia que é possível viver com o vírus, bastando para isso respeitar as recomendações dos médicos e é o que tenho feito”, disse. Leonor tem dois filhos, uma menina e um rapaz e explica que o difícil nesta sua história foi encontrar o momento exacto para contar a situação do seu estado de saúde aos filhos, até que cinco anos depois teve uma recaída forte. “Em 2017 contraí uma tuberculose e fiquei muito doente, perdi 30 quilos e não tive outra saída a não ser contar o que estava a acontecer aos meus filhos e surpreendentemente não reconheci e continuo a não reconhecer a reação da minha filha que me discrimina”. Segundo a activista, há seis anos que vivia com o seu neto, filho de sua filha num ambiente muito saudável, mas logo que partilhou a sua situação a filha retirou-lhe o neto e reduziu drasticamente o convívio com a mãe. “Posso dizer que já não convivemos, eu é que insisto em visitar-lhe e quando passa muito tempo sem falarmos eu é que tomo a iniciativa de lhe ligar”. Leonor Cuamba diz que encontra conforto no filho, hoje com 31 anos de idade, que não mede esforço para acarinhar e encorajar a mãe a lutar pela vida. “O meu filho e a minha nora estão comigo em todos os momentos e dou graças a Deus por isso”, disse. A activista separou-se do pai dos filhos em 1993 e teve outro companheiro com quem se separou em 2012 e desconfia que tenha sido contaminada por este último. Porque perdeu confiança pelos homens, diz que prefere seguir em frente sozinha. “Acho melhor assim, tenho medo de contrair outras doenças, sobretudo agora que estou com o CD4 (células de defesa do organismo) aci-



Leonor Cuamba

ma de 1000 e com a carga viral indetectável”. Carga viral indetectável é a condição de uma pessoa seropositiva que atingiu a supressão do vírus como resultado do uso regular e correcto de medicamentos antirretrovirais. Quem tem carga viral indetectável não está curado do HIV, mas, enquanto mantiver o tratamento antirretroviral, tem o vírus controlado e preso em certas células do organismo – sem se multiplicar, sem danificar o organismo e sem ser transmissível. O impacto positivo da indetectabilidade é inegável na vida de quem tem HIV e na de seus parceiros. Para a Leonor, ser activista é ajudar o outro, sobretudo as mulheres, a vencer a discriminação e o estigma. “Nós procuramos ajudar mulheres, crianças, idosos e homens pobres que vivem com o HIV e SIDA, prestando todos os cuidados porque temos alguns acamados”, disse. Hoje Leonor é parte activa da Hixikanwe e por meio dela engaja-se no resgate dos direitos das mulheres vivendo com HIV e SIDA em Moçambique. Leonor faz conta própria, vendendo carvão na sua residência e no mercado.

“A MORTE SOCIAL”

Especialistas, profissionais da saúde, activistas e voluntários, concordam que hoje, com diagnóstico precoce e tratamento adequado, é possível levar uma vida saudável, mesmo tendo o HIV e SIDA. No entanto, só com o relato de quem vive com a doença, podemos entender os desafios que este grupo social passa, sobretudo os mais desfavorecidos e neste momento, aliado ao novo Coronavírus, o problema agrava-se. Saugineta Alexandre descobriu que tinha o vírus do HIV e SIDA em 2014, quando ficou gravemente doente. Conta que nessa altura conheceu a “morte social”, pois foi discriminada e forçada pela situação a um isolamento social que ainda mata mais do que a doença em si. Por conta da doença, Saugineta teve feridas em todo o seu corpo e perdeu mais de 30 quilos de peso. No lugar de receber carinho e assistência, recebia do seu esposo, pai dos seus sete filhos insultos e apelos para voltar para casa dos seus familiares. Cansada, Saugineta pegou nos filhos e foi para a casa do seu único irmão, mas este não mostrou disponibilidade em receber toda a família, apenas a Saugineta. “Nessa condição preferi procurar outro lugar e fui acolhida por uma cunhada, ex-esposa do meu irmão que depois apresentou-me ao chefe do quarteirão que me cedeu um espaço”. Alguns anos depois, Saugineta conheceu a Associação Hixikanwe e diz que ali aprendeu muito e passou a acreditar na vida. “Hoje digo às mulheres para pararem de ter medo e lutarem pelos seus direitos porque elas pagam um preço altíssimo pelo silêncio”. No meio da doença, as manifestações de machismo são frequentes, pois eles sempre atribuem a culpa à mulher pela doença. “O meu marido dizia que eu levei a doença para casa, que eu destruí a vida dele”, disse lembrando que dos sete filhos perdeu o sexto que nasceu infectado. Saugineta superou a doença com a ajuda da Associação, onde também é activista, mas teme que a COVID-19 complique ainda mais a sua vida. “Neste momento não há trabalho, as

famílias não querem ninguém em suas casas, estão cada vez mais confinadas temendo a contaminação pela COVID-19, daí que não está sendo fácil encontrar um trabalho doméstico”. Por causa desta situação, Leonor tem falta de alimentos, havendo dias que os seus filhos dormem sem jantar. Ela reconhece o grande apoio que recebe da Associação, sobretudo neste momento da COVID-19 que não há nada para fazer. “A Associação Hixikanwe dá-me periodicamente uma cesta básica que só garante de três a quatro dias”. A preocupação da Leonor é conseguir um espaço próprio para construir casa para si e seus filhos, uma vez que o ex-marido vendeu a casa quando ela saiu com as crianças. Em relação a sua saúde, Leonor afirma que já está melhor e vai ao médico três vezes por ano. Como resultado do bom cumprimento das orientações médicas Leonor foi informada pelo seu médico que está com a carga viral indetectável. “Mas eu perguntei ao médico como é que estou com a carga viral indetectável enquanto continuo com manchas e borbulhas no corpo e, ele respondeu-me que isso devia-se a falta de consumo de fruta”, contou. Leonor conta que chegou a Hixikanwe por via de uma vizinha que via o seu sofrimento. “Eu só chorava, não tinha mais esperança, mas aqui depois de participar em reuniões de pessoas vivendo com HIV aprendi a gostar de mim e em pouco tempo, comecei também a visitar pacientes abandonados pelas famílias.



MAIS 250 MIL FAMÍLIAS PODERÃO CAIR NA POBREZA APÓS COVID-19



Judite de Jesus, clama por mais apoio alimentar para a associação

Segundo estimativas do Ministério do Género, Criança e Acção Social, mais de 250 mil agregados familiares em todo o país, poderão enfrentar problemas sérios de pobreza após COVID-19. Ema Mondlane, chefe do Departamento do Idoso naquele Ministério, explicou à nossa reportagem que para minimizar o impacto negativo da COVID-19 no seio deste grupo social, o Governo solicitou aos seus parceiros, com destaque para o Banco Mundial, 121 milhões de dólares. “Este valor vai abranger também o pagamento antecipado de três meses aos beneficiários do programa Subsídio Social Básico em transferências monetárias, que abrange idosos, crianças chefes de agregados familiares e deficientes em situação difícil. Em relação ao número de beneficiários deste programa, Ema Mondlane disse que só nos primeiros 100 dias do novo Governo, o programa registou 429.585 agregados familiares, dos quais 90 a 94 por cento são pessoas idosas.

De referir que o Subsídio Social Básico varia de 540 meticais para uma família constituída por um membro a 1000 meticais para uma família com acima de cinco membros. Este valor é disponibilizado mensalmente, às vezes com alguns atrasos. A concretizar-se a pretensão do Governo, de adiantar três meses do valor do Subsídio Social Básico, os beneficiários que vivem sozinhos irão receber 1620 meticais e famílias com mais de cinco membros três mil meticais. Segundo Ema Mondlane, os 250 mil agregados famílias que poderão cair na pobreza nos próximos dias, irão receber num período de seis meses 1500 meticais por cada agregado e aqueles que não conseguirem superar o impacto negativo da COVID-19, passados seis meses serão direccionados para os diferentes programas de apoio do Ministério.



#FicaEmCasa
Proteja-te e proteja a nós também
Não saia de casa sem a máscara



O IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DA MULHER



Mulheres procuram novas alternativas face à covid-19

As mulheres são tidas como as mais vulneráveis a choques económicos e especialmente em momentos de crises como a que se vive actualmente em todo o mundo, incluindo o nosso país, com a eclosão da COVID-19. Segundo as Nações Unidas, as mulheres têm maior probabilidade de perder os seus empregos, tendo em conta que elas representam a maioria das trabalhadoras a tempo parcial. Dados da Organização Internacional de Trabalho (OIT) indicam que as mulheres representam 40% do emprego total, mas quase 57% a tempo parcial. Por outro lado, elas constituem a maioria do chamado trabalho informal. Em Moçambique o trabalho informal é a fonte de sobrevivência de muitas famílias lideradas por mulheres, seja vendendo produtos ou serviços, mas trata-se de actividades que impõe uma série de dificuldades e riscos, em especial num momento de COVID-19. As mulheres encaram as actividades informais do comércio para reverter a situação,

onde elas adquirem fundos através de organizações que destinadas e a oferecer crédito para mulheres, para fazer face as mesmas. O nível baixo de escolaridade; as desigualdades sociais reforçadas pelas práticas culturais que colocam a mulher numa posição inferior a do homem, reduzindo assim, o acesso às oportunidades, a pobreza, os despedimentos, o salário baixo e a guerra, são as principais razões que fizeram com que muitas mulheres procurassem, no sector informal uma alternativa de subsistência. Só na Cidade de Maputo, um pouco mais de 700 mil mulheres veem na área informal a maneira de obter rendimentos. São estas mulheres que fomentam a economia e contribuem para o crescimento do país ainda que informalmente. O Informe Semanal, traz nesta edição, o ponto de vista de algumas mulheres empreendedoras no sector formal e informal e que estão a viver na pele as consequências da COVID-19.

“ENCERRAMENTO DE FRONTEIRAS AGRAVOU A SITUAÇÃO DA MULHER”



Hermínia Mabote de 48 anos de idade, casada e mãe de cinco filhos é um exemplo de mulheres que buscam o sustento de suas famílias no mercado informal. Ela conta que a COVID-19 mudou a sua vida. “Como mukerista, viajava duas vezes por mês para a África do Sul de onde trazia produtos para abastecer as minhas bancas. Hoje, com a COVID-19, todo este esforço foi a baixo”, lamenta. A nossa interlocutora encontra sustento no mercado grossista do Zimpeto há sensivelmente 10 anos, aquando da sua fundação. De entre outros produtos, Hermínia vende ovos, açúcar, farinha de trigo, farinha de milho, óleo de cozinha, detergente em pó, sabão, sabonete e outros de primeira necessidade. “Muitas de nós dependemos da África do Sul para adquirirmos os nossos produtos. Neste momento estamos a depender dos camiões, porque só eles são permitidos a entrada naquele país. Mas infelizmente, quando os produtos chegam são vendidos a preços muito altos”, lamentou. Em relação as medidas de segurança contra a COVID-19, Hermínia explicou que em cada três bancas foi colocado um balde com água e sabão para a lavagem das mãos logo depois de receber dinheiro ou de

ter contacto com qualquer outro objecto. Ainda como medidas, passou a ser obrigatório naquele mercado o uso das máscaras de protecção facial, ao mesmo tempo que todos os vendedores são aconselhados a evitar conversas entre si, mantendo a distância recomendada pelo Ministério da Saúde. Sobre que conhecimentos tem sobre a COVID-19, Hermínia explicou que foi dito numa palestra que trata-se de uma pandemia mundial e que qualquer pessoa pode se infectar. Também foi informada que a COVID-19 não tem cara e transmite-se de uma forma rápida e fácil. Já no seio familiar, Hermínia garante que reforçou as medidas de higiene, tendo colocado logo a entrada do seu quintal um balde com água e sabão. Assegurou ainda que como mãe de dois filhos menores, procura mantê-los no interior do quintal, evitando que brinquem com outras crianças. Contudo, lamenta pelo facto de os seus filhos mais velhos não obedecerem as regras de distanciamento social. “Mas tenho fé que com a intensificação das mensagens sobre o perigo que este vírus traz, eles irão mudar de comportamento”, disse. Segundo a nossa interlocutora, antes do encerramento das fronteiras, o seu rendimento su-

portava as despesas de casa, incluindo o pagamento das propinas de um dos filhos que está na faculdade, mas, com a subida dos preços, baixou o nível de compra, situação que complica a vida de todos. “Os clientes chateam-se, ameaçam chamar o INAE, mas esta situação não depende de nós, mas de toda esta conjuntura”, disse lamentando que hoje as pessoas comprem o possível e não o necessário.

Com o número de casos da COVID-19 a subir dia pós dia, Hermínia teme que o Governo decrete o isolamento social total, e caso isso aconteça convida o Executivo de Filipe Ntusi a reflectir no tipo de ajuda que poderá dar à população desfavorecida. “Não basta mandar as pessoas ficarem em casa, o Governo terá que garantir pelo menos a alimentação e as despesas de água e luz”, recomendou.



Lavar as mãos é uma ordem no mercado grossista do Zimpeto

RECORRER À VENDA DE PRODUTOS LOCAIS

Uma vez que os países continuam com as fronteiras encerradas, Hermínia Mabote está a virar as atenções do negócio para os produtos locais. “Para não correr o risco de fechar a banca estou a ponderar passar a vender produtos locais a partir dos próximos dias, como ovos, óleo de cozinha, massas, farinha e açúcar”.

Hermínia conta que com o apoio dos filhos criou uma conta no facebook através da qual faz a promoção dos seus produtos, incluindo entrega ao domicílio. Uma vez prorrogado o Estado de Emergência, Hermínia acredita que vai continuar a pensar em novas alternativas de negócio.

“REINVENTAR EM TEMPOS DE CRISE

GARANTE A SOBREVIVÊNCIA”



Gércia Sequeira - Empresária

Algumas empreendedoras sugerem que em tempo de crise como a que o mundo está a atravessar neste momento, é importante que toda a sociedade procure reinventar-se e adaptar-se à nova realidade. Gércia Sequeira, empreendedora na área de tecnologia de informação e presidente da Associação de Empresas e Profissionais da Área das TIC, explica que a sua empresa, com sede na cidade de Maputo, tem buscado formas de reinventar-se e como primeira medida colocou os colaboradores a trabalharem a partir de casa. Esta empreendedora do sector formal não tem dúvidas que a situação é grave e vai se tornar mais grave ainda, mas aconselha a toda mulher empreendedora a focar-se no seu negócio, e não no produto, de forma a possibilitar o surgimento de ideias sobre como continuar o negócio. O produto não é o negócio! Tomando como exemplo as agências de viagens, Gércia explica que neste caso o negócio não pode continuar a ser as passagens vendidas, mas o lazer e o conhecimento de outras culturas aos clientes. Para Gércia Sequeira pensar qual é o negócio permitirá que a agência invente no-

vas formas de providenciar conhecimento cultural, urbano, lazer entre outros, tendo em consideração as exigências que o mercado actual impõe (por exemplo: viagens virtuais guiadas a museus para estudantes de história que estão em quarentena – risos). O negócio de uma agência de viagens está para além de vender passagens e oferecer roteiros. “O negócio de uma agência de viagens é lazer e conhecimento e reinventando-se esta agência pode levar o lazer e o conhecimento até ao seu cliente! Gércia Sequeira explica que as tecnologias são uma aposta neste momento e que muitas vezes não é necessário algo tão complexo, ou seja antes de investir em algo complexo comece com pequenas acções analógicas e avance gradualmente.

Para mulheres que vendem no mercado ou na rua por exemplo, a colaboração é uma palavra chave, iniciativas como mandar por mensagem os produtos que têm e as quantidades, pode ser uma solução única para entrega em supermercados, mercearias, serviços de delivery e outros, disse a jovem empresária, adiantando que estas mulheres podem apostar na entrega ao domicílio.

O sector informal em Moçambique compõe mais que 50% da força de trabalho, um grupo muito importante e que por vários factores é um dos sectores mais vulneráveis em momentos de crise. Sobre como dar a volta à esta

situação, sobretudo para um grupo social que não tem uma estrutura empresarial e que não desconta nenhuma taxa para o Sistema de Segurança Social, Gércia respondeu que continua a acreditar que a cooperação é a palavra de ordem e que é necessário olhar esta crise como uma oportunidade para a transformação da sociedade.

Gercia defende que trabalhando em regime de cooperativa consegue-se abrang-

er mais gente e lograr melhores resultados. “A maior parte destas mulheres trabalham com produtos alimentares que são a chave neste momento, porque as pessoas precisam de alimentação de qualidade e a um preço acessível, então acho que elas podem por exemplo juntarem-se e apresentar um produto combinado, usando as tecnologias de informação disponíveis”, salienta. Acrescenta que o país tem muitos jovens ávidos por tecnologia e prontos para começar.

“O DESAFIO DE TRABALHAR EM CASA”



“Está mais que claro que vamos ter muitos negócios a fechar, mas, mais uma vez é preciso pensarmos fora da caixa”. No caso específico da empresa da Gércia, do ramo das tecnologias optou por cumprir com a quarentena para todos os trabalhadores, desenvolvendo todas as operações a partir de casa, mas não deixa de ser um enorme desafio. “Estamos

a trabalhar a partir de casa, numa situação em que os filhos não estavam habituados a estar o dia todo com os pais”. Segundo a empresária, o facto é que a mãe está em casa mas também não está em casa, porque está ali mas a trabalhar. As vezes está numa reunião e de repente a criança começa a chorar e a mãe tem que parar para atender o bebé. “Por isso não é uma situação fácil e, se não é para mim, não vai ser para as minhas colaboradoras que também trabalham a partir de casa”, explica Gércia repisando na necessidade de toda a sociedade ter que se reinventar perante o fenómeno COVID-19.

“COMO NOS REIVENTAMOS?”

Gércia Sequeira, explica que para sobreviver à crise, face a situação do isolamento social, criou o Projecto “bootcamp business simulation”, uma solução online, onde os jovens aprendem práticas empresariais e de empreendedorismo sem a necessidade de sair de casa. O Business Simulation Boot Camp Online é um curso de negócios e empreendedorismo com base no Sistema de Práticas Empresariais e Empreendedorismo (SPEE). Através da simulação do mercado real, adolescentes são conduzidos a ultrapassar os desafios de criar um negócio formal no mercado virtual e geri-lo. Durante o programa, todos os formandos irão identificar oportunidades de negócio, formar parcerias, constituir empresas, desenvolver todas as actividades de gestão, passando pelas actividades rotineiras, até à demonstração dos resultados financeiros das suas empresas. É missão dos formandos encontrar dentro da plataforma, um sócio que partilhe dos mesmos valores

que os seus; Identificar uma oportunidade no mercado virtual; testar a oportunidade; definir um modelo de negócio; simular a criação de uma empresa formal com a legislação e procedimentos necessários; estruturar o seu negócio; buscar fundos; efectuar vendas; comprar e cumprir as obrigações fiscais. Segundo Gércia Sequeira, uma das maiores preocupações dos educadores é dotar os seus filhos de habilidades de empreendedorismo, liderança e inovação, acontecendo o mesmo com as instituições de ensino e empresas, com relação aos seus colaboradores. “Nesta perspectiva, o curso constitui uma oportunidade para os formandos iniciarem o processo de familiarização com conceitos e mecanismos de tomada de decisão baseados em pressupostos da ciência da gestão”, disse Gércia Sequeira salientando que este programa permitiu que os seus colaboradores continuassem ocupados mesmo estando em suas casas e a gerar dinheiro para manter os salários.

“É IMPORTANTE MANTERMOS O EMPREGO DAS EMPREGADAS”

O grosso das empregadas domésticas vive distante dos seus locais de trabalho, sendo obrigadas a usar o transporte público, correndo o risco de infectarem-se com a COVID-19. Como consequência desta situação, muitas famílias tendem a dispensar a mão-de-obra. Para Gércia Sequeira, esta não é a melhor solução e, convida as famílias a encontrarem uma melhor saída que não passe por prejudicar a empregada que já vem enfrentando enormes dificuldades. Segundo a nossa interlocutora, é muito im-

portante que o dinheiro continue a circular de forma a evitar o estrangulamento do sistema. É nossa responsabilidade encontrar soluções equilibradas para o problema, por exemplo, como garantir que as empregadas trabalhem uma vez por semana, garantir o isolamento da área onde a empregada fará o serviço, obrigar a higienização do lugar antes e saída são algumas medidas que podem funcionar caso a caso. “Temos que pensar nas consequências que podem advir do despedimento massivo deste grupo de mulheres”.

O DILEMA DE CARLOTA ALBERTO



Carlota Alberto - Empregada Doméstica

Carlota Alberto tem 42 anos de idade e é mãe de uma filha de 15 anos. Conta que a COVID-19 a coloca numa situação de total insegurança, estando preparada para ouvir a qualquer momento que o contrato terminou. Carlota tem a sua residência no bairro Mucatine, no município da Matola e o local de trabalho no bairro Central, na cidade de Maputo. O transporte público é meio que usa para chegar ao serviço sem atraso. “Faço duas ligações, sendo o primeiro de “mylove” (camião) que leva-me de Mucatine a terminal de Zimpeto, onde apanho o autocarro que me deixa no Museu” disse Carlota revelando que gasta por dia 48 meticais só com o transporte. A nossa entrevistada fez-nos que o impacto do COVID-19 já se faz sentir na sua vida, pois o seu salário baixou de cinco para quatro mil meticais, no mês de Abril, uma vez que os seus patrões dependem de negócios que neste momento estão a conhecer dificuldades. “Espero que o Governo pense em nós, porque com esta situação não teremos como sobreviver. Eu mesma não sei por quanto tempo irá durar o meu emprego, tendo em conta toda esta situação que obrigou os meus patrões a encerrarem suas empresas”, disse.

VIOÊNCIA DOMÉSTICA



A epidemia da COVID-19 está a ter consequências sociais e económicas devastadoras para as mulheres. O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres fez este alerta no lançamento do relatório que mostra como a Covid-19 pode inverter os avanços feitos na igualdade de género e nos direitos das mulheres.

Segundo o relatório, 60% das mulheres trabalham na economia informal e correm um grande risco de cair na pobreza. A pandemia também tem levado ao aumento significativo da violência sobre as mulheres. Em todo o mundo, cerca de 1 em cada 5 mulheres foi vítima de violência no ano passado. Muitas delas estão agora “presas” em casa com os abusadores. “Estas tendências estão a combinar-se como nunca para derrotar os direitos das mulheres e negar-lhes oportunidades. Serão necessários anos para recuperar o progresso perdido. As adolescentes que estão fora da escola poderão não voltar. Apelo aos governos que ponham as mulheres e as meninas no centro dos seus esforços de recuperação da COVID-19. Isso começa com mulheres na liderança, com igual representação e poder de decisão.”

Esta situação preocupa todos os países. Dados divulgados pelo Governo dão conta que em 2018 mais de 25 mil casos de violência doméstica foram registados em todo o país, afectando sobretudo a mulher com mais de 12.500 casos e 9.000 contra crianças. Houve ainda um registo superior a 3.000 casos de violência doméstica contra homens.

Nos EUA, onde a pandemia da COVID-19 também avança a passos largos, a Associação *LifeWire*, que actua na área de defesa, garante que esse agravamento de episódios de violência, acontece sempre que, por momentos breves, por exemplo, quando o mau tempo obriga as pessoas a ficarem em casa, “imaginem dias a fio”, sublinham os da organização. Rachel Krinsky, diretora executiva da associação, disse que os casos de violência poderão aumentar porque as vítimas estão mais vulneráveis, por se encontrarem no mesmo ambiente com os seus agressores. Lembra-se ainda que “o abuso é sobre poder e controle – daí que seja preciso ter em conta que o agressor pode usar qualquer ferramenta para exercer esse poder. Inclu-

<https://news.un.org/pt/story/2020/04/1709972>

indo questões de saúde, como a COVID-19". Assim, uma das recomendações que já estão a ser feitas para estas pessoas é estabelecer um plano de segurança – ou seja, uma estratégia para minimizar o risco, como por exemplo, combinar um sinal com os vizinhos, que podem telefonar a pedir ajuda. Já no Brasil, enquanto o país se protege em casa, de um inimigo em comum e invisível, para muitas mulheres o próprio lar pode ser sinónimo de medo e ainda mais silenciamento. Apesar de a quarentena ser essencial para frear o avanço do novo Coronavírus, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a medida teve como consequência o aumento de casos de violência doméstica. Em alguns Estados do Brasil, o crescimento de denúncias também já começam a ser registados. A feminista, activista e secretária da Secretaria da Mulher de Pernambuco, Silvia Cordeiro, explica que as vítimas de relacionamento abusivo estão mais sujeitas à sofrer violência neste período. "Em uma pandemia, a situação fica muito mais complicada. A jornada de trabalho dessa mulher aumenta, porque ela está em casa cuidando dos idosos e das crianças, e nisso os conflitos da relação afetivo-sexual com seu companheiro ou ex-companheiro também", completou. Na China, à medida em que relatos de violência doméstica começaram a aparecer nas redes sociais, foram criados posteres

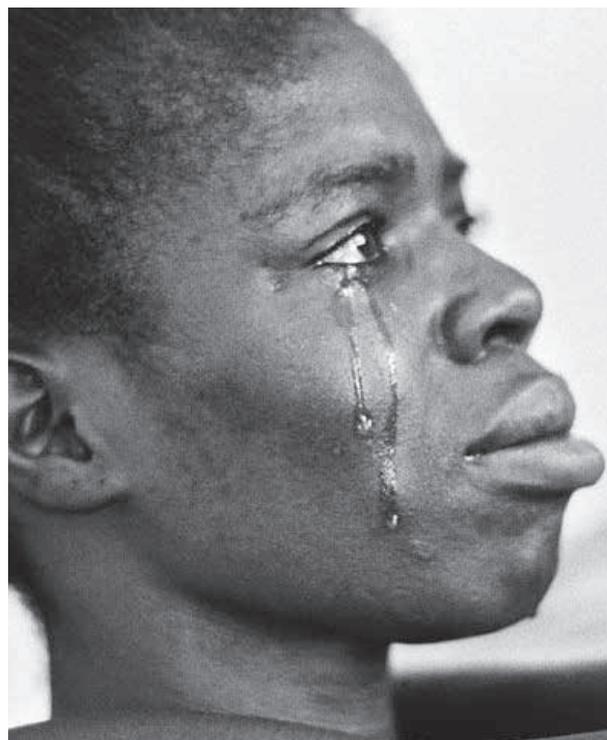


Foto capturada no site do Jornal Noticiais

pedindo que as pessoas não fossem passivas e que denunciasses os casos de violência doméstica quando tiverem ciência destes. A diretora da organização sem fins lucrativos, Weiping, com sede em Pequim, Feng Yuan, contou à BBC que recebeu três vezes mais denúncias de vítimas do crime de violência doméstica durante o período de isolamento. "A polícia não deve usar a desculpa da epidemia para não levar a sério a violência doméstica", criticou. COVID-19.



<http://opais.sapo.mz/o-pais-regista-mais-de-120-mil-casos-de-violencia-domestica>

LISTA DE MEMBROS

1. AMMCJ - Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica
2. AMMD – Associação Moçambicana de Mulheres Portadoras de Deficiência
3. AMORA-Associação Moçambicana para a Promoção da Rapariga
4. AMR-Associação das Mulheres Rurais
5. AMUDEIA - Associação da Mulher Desfavorecida da Indústria Açucareira.
6. AMUEDO - Associação da Mulheres Empregadas Domésticas
7. APARMO - Associação de Parteiras de Moçambique
8. ASCHA- Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul
9. ASSOMUDE-Associação da Mulher para a Democracia
10. AVIMAS-Associação de Viúvas e Mães Solteiras
11. AVVD – Associação das Vítimas de Violência Doméstica
12. Associação Hixikanwe
13. Coalizão- Associação Coalização da Juventude Moçambicana
14. CÁ-PAZ - Associação para assistência Psicossocial as Vítimas de Violência
15. COMISSÃO “MULHER E DESPORTO” - Comité Olímpico Nacional
16. FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
17. FORCOM-Fórum Nacional das Rádios Comunitárias
18. FTI- Fórum Da Terceira Idade
19. FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa
20. Fundação Lurdes Mutola
21. FAFI- Fórum das Associações femininas de Inhambane
22. FAA- Fundação Apoio Amigo
23. LeMUSICA- Levanta-te Mulher e Siga o Seu Caminho
24. Luarte-
25. MUCHEFA-Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Chefe da Família
26. MULEIDE - Associação Mulher Lei e Desenvolvimento
27. MULHERES CAMPONESAS DE MAOCHAS
28. NAFEZA-Núcleo das Associações Femininas da Zambézia
29. NUGENA-Núcleo de Género de Nampula
30. NWETI- comunicação para saúde
31. NAFET- Núcleo das associações femininas de Tete
32. ONP/SNPM – Organização Nacional dos Professores: Comité da Mulher e do Jovem professor
33. ORAM-Associação Rural de Ajuda Mútua
34. OTM- COMUTRA - Comité da Mulher Trabalhadora
35. OMM- Organização da Mulher Moçambicana
36. PROGRESSO
37. PROMUGE-Promoção para a Mulher e Género
38. SINTIQUIAF
39. SINTMAP-COMUTRA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas
40. SINTIA - Comissão Nacional das Mulheres da Indústria Açucareira
41. SITIME - Sindicato Nacional dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
42. SÉ-RIXILE - Associação de Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário
43. UNAC-União Nacional de Camponeses
44. WLSA-Women in Law in Southern Africa
45. KUTENGA

MEMBROS NÃO EFECTIVOS

1. Action Aid
2. ADOCA - Associação Moçambicana das Donas de Casa
3. AECI-Agência Espanhola de Cooperação Internacional – Escritório Técnico de Cooperação em Maputo
4. Afrika GRUPPERNA -Grupos África da Suécia – GAS
5. ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
6. Associação Moçambicana das Mulheres pela Paz
7. CARE
8. CEA/DEMEG – UEM - Centro de Estudos Africanos
9. CEDESSET - Centro de Educação e Desenvolvimento de Saúde Segurança no Trabalho
10. CEPDHD - Centro de Pesquisa dos Direitos Humanos e Desenvolvimento
11. CJE - Coligação para a Justiça Económica
12. COMMUNITY AID ABROAD
13. COOPERAÇÃO SUÍÇA
14. CUSO-CANADÁ
15. CVM - Cruz Vermelha de Moçambique
16. DFDTT-MAM - Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologia
17. EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
18. ESPERANÇA - Associação Juvenil de Apoio a Comunidade
19. FNUAP-Fundo das Nações Unidas para a População
20. G.E.P.R.-Gabinete da Primeira-dama
21. HELPAGE – INTERNACIONAL
22. IDIL-BALCÃO DA MULHER -Instituto Nacional do Desenvolvimento da Indústria Local
23. KEPA-Centro de Serviços de Cooperação Finlandesa
24. MBEU - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio Cultural da Mulher?
25. MICOA - Ministério para a Coordenação Ambiental
26. MINAG/PROAGRI - Ministério da Agricultura
27. MMCAS-DNM- Direcção Nacional da Mulher e CNAM
28. NUMMA –CEA/UEM - Núcleo da Mulher e Meio-Ambiente
29. PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
30. PROFAMÍLIA MOÇAMBIQUE
31. SARDC-Centro de Pesquisa para a África Austral
32. SAVE THE CHILDREN
33. UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância
34. WAKHELA - Mulher Educação e Desenvolvimento

MEMBROS FUNDADORES

35. OMM- Organização da Mulher Moçambicana
36. NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento



FICHA TÉCNICA

Título: Quarentena feminista Com Vida **Propriedade:** Fórum mulher-Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento **Coordenação Geral:** Aida Nhavoto, Nzira de Deus e Maira Domingos
Edição: nº 01 **Coordenação editorial:** Aida Nhavoto, Joana Macie **Colaboração:** Ana Mahumane **Capa & Layout:** MIZZ **Nº de Registo:** 001/GABIFODG/1998 **Financiamento:** AGIR
Rua Vila Namuali, nº 246, R/C C.P 3632 MAPUTO Tel./ Fax: 258 21414037/258823113920 | Data: Junho 2020

